O FATCA e o acordo intergovernamental

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

A lei norte-americana de 2010

O impulso externo decisivo veio dos Estados Unidos. O Foreign Account Tax Compliance Act (FATCA) foi promulgado como parte do Hiring Incentives to Restore Employment Act, sancionado pelo presidente Obama em 18 de março de 2010.[1] O FATCA obrigava as instituições financeiras estrangeiras a identificar as contas detidas por US persons (pessoas norte-americanas para fins fiscais) e a comunicá-las ao Internal Revenue Service (IRS). A instituição que não cumprisse estava sujeita a um imposto retido na fonte de 30% sobre determinados pagamentos provenientes dos Estados Unidos. Como nenhum banco com negócios em dólares podia aceitar esse risco, a lei alcançou todos os centros financeiros do mundo.

O FATCA era unilateral. Sua obrigação de reporte também colidia com as leis de confidencialidade de muitos países, Singapura inclusive, pois um banco em Singapura não podia enviar licitamente dados de clientes diretamente a uma autoridade fiscal estrangeira. O Tesouro norte-americano resolveu o conflito por meio de acordos intergovernamentais. No acordo Modelo 1, as instituições financeiras reportam à sua própria autoridade fiscal, que encaminha as informações

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

aos Estados Unidos. No acordo Modelo 2, adotado pela Suíça, as instituições reportam diretamente ao IRS com o consentimento do titular da conta ou por meio de pedidos coletivos.

A negociação e o acordo Modelo 1 de 2014

Singapura optou cedo pelo Modelo 1. Em 9 de novembro de 2012, o Ministério das Finanças anunciou que estava em negociações com o Tesouro norte-americano e que um painel consultivo do setor privado o assessoraria. O acordo foi rubricado em 5 de maio de 2014 e assinado em 9 de dezembro de 2014 por Ng Wai Choong, Deputy Secretary (Policy) do Ministério das Finanças, e pelo embaixador dos EUA, Kirk Wagar. O ministério explicou que, sem ele, cada instituição de Singapura teria de celebrar seu próprio acordo com os Estados Unidos. O Tesouro norte-americano já tratava Singapura como tendo um acordo em vigor desde 30 de junho de 2014, antes da assinatura.[2]

O preâmbulo do acordo registra por que ele era necessário. Singapura "apoiava o objetivo de política subjacente ao FATCA", mas as instituições singapurianas "podem não estar em condições de cumprir certos aspectos do FATCA devido a impedimentos jurídicos internos". Nos termos do artigo 2, Singapura comprometeu-se a obter informações sobre todas as contas norte-americanas reportáveis e a trocá-las anualmente com os Estados Unidos de forma automática.[3] A obrigação corria em um só sentido. Os Estados Unidos não se comprometiam a enviar informações equivalentes a Singapura.

A implementação por meio da IRAS

O acordo foi implementado pelas Income Tax (International Tax Compliance Agreements) (United States of America) Regulations 2015, em vigor desde 18 de março de 2015. Elas foram substituídas, para os anos de reporte a partir de 2021, por regulamentos de 2020. As instituições financeiras singapurianas obrigadas ao reporte apresentam declarações anuais, ou declarações negativas, à Inland Revenue Authority of Singapore (IRAS, a autoridade tributária de Singapura) até 31 de maio, e Singapura reporta informações sobre contas norte-americanas desde 2015.[4]

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

A base legal é a Parte 20B do Income Tax Act, intitulada "International Agreements to Improve Tax Compliance", introduzida para esse fim em 2013 e ampliada em 2016. A seção 105L obriga as instituições financeiras a fornecer as informações ao Comptroller. A seção 105PA dispõe que esse dever prevalece sobre qualquer dever de sigilo. O ministro das Finanças confirmou no Parlamento, em novembro de 2017, que essa prevalência se estende ao Banking Act, ao Personal Data Protection Act 2012, a contratos e a regras de conduta profissional.[5] A seção 47 do Banking Act continua, portanto, em vigor, mas já não protege nenhuma conta abrangida pelo FATCA.

O acordo recíproco de 2018

Singapura não aceitou a assimetria de forma permanente. Em 13 de novembro de 2018, Singapura e os Estados Unidos assinaram um Tax Information Exchange Agreement (acordo de troca de informações fiscais) e um acordo Modelo 1 recíproco, que substituiria o primeiro acordo ao entrar em vigor. Ele entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021.[6]

A reciprocidade continua limitada. Pelo novo acordo, as instituições financeiras norte-americanas reportam ao IRS, para transmissão a Singapura, o nome, o endereço e o número de identificação fiscal singapuriano dos residentes de Singapura titulares de contas. Reportam também o número da conta, os juros brutos pagos em contas de depósito e os dividendos brutos de fonte norte-americana e outros rendimentos de fonte norte-americana creditados. As informações do lado singapuriano são mais amplas, pois incluem os saldos das contas e a identidade das pessoas controladoras. Em artigo separado, os Estados Unidos "reconhecem a necessidade de alcançar níveis equivalentes de troca automática recíproca de informações" e se comprometem a buscar regulamentos e legislação com esse fim. Os Estados Unidos não aderiram ao Common Reporting Standard e recebem dados de outras jurisdições sem, em geral, retribuir plenamente.[7] Entre os grandes centros financeiros, só eles obtêm informações automáticas de Singapura em condições mais favoráveis do que as que concedem.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Notas

1. Wikipedia, "Foreign Account Tax Compliance Act" (acesso em novembro de 2026): o FATCA foi sancionado em 18 de março de 2010 como Subtitle A do Title V do HIRE Act; 26 U.S.C. §§ 1471–1474; acordos intergovernamentais Modelo 1 e Modelo 2. ↩

2. Ministry of Finance, "Inter-Governmental Agreement (IGA) on the US Foreign Account Tax Compliance Act (FATCA)", 9 de novembro de 2012: Singapura em negociações com o US Department of the Treasury para celebrar um IGA; formação de um painel consultivo do setor privado. Ministry of Finance, "Singapore and the United States sign agreement to facilitate FATCA compliance by Singapore financial institutions", 9 de dezembro de 2014: IGA Modelo 1 assinado após rubrica em 5 de maio de 2014, por Ng Wai Choong e pelo embaixador Kirk Wagar; retenção de 30% para instituições que não cumprem; as instituições financeiras reportam à IRAS, que transmite ao IRS; discussões sobre um arranjo recíproco. US Department of the Treasury, "Foreign Account Tax Compliance Act", tabela de jurisdições (home.treasury.gov, acesso em novembro de 2026): Singapura, Modelo 1, tratada como tendo um IGA em vigor desde 30 de junho de 2014; primeiro acordo em vigor de 28 de março de 2015 a 31 de dezembro de 2020; acordo substitutivo em vigor desde 1º de janeiro de 2021; total de 114 jurisdições listadas. ↩

3. Agreement between the Government of the United States of America and the Government of the Republic of Singapore to Improve International Tax Compliance and to Implement FATCA (2014), texto publicado pelo Tesouro dos EUA (FATCA-Agreement-Singapore-12-9-2014-Model-1.pdf), preâmbulo e art. 2(1): Singapura "shall obtain the information … with respect to all U.S. Reportable Accounts and shall annually exchange this information with the United States on an automatic basis"; art. 12(1) sobre a entrada em vigor mediante notificação de Singapura. ↩

4. IRAS, "FATCA Overview and Latest Developments" (iras.gov.sg, acesso em novembro de 2026): Income Tax (International Tax Compliance Agreements)

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

(United States of America) Regulations 2015 em vigor desde 18 de março de 2015; Regulations 2020 em vigor desde 1º de janeiro de 2021; declarações anuais ou negativas devidas até 31 de maio; Singapura reporta informações sobre contas financeiras aos EUA desde 2015; alteração das Regulations 2020 em 11 de agosto de 2026. ↩

5. Income Tax Act 1947, Parte 20B (ss. 105I–105Q), conforme reproduzido por LawPlayer (lawplayer.com/sg/act/ITA1947/section/part-20b, acesso em novembro de 2026): s. 105L, fornecimento de informações ao Comptroller; s. 105M, infrações; s. 105MA, norma antielisiva; s. 105P, regulamentos; s. 105PA, "Duty to provide information under regulations prevails over duty of secrecy". Ministry of Finance, "Personal Data Protection on Automatic Exchange of Financial Account Information", resposta parlamentar de Heng Swee Keat de 6 de novembro de 2017: o Income Tax Act foi alterado em 2013 e 2016; o dever de fornecer informações prevalece sobre o sigilo previsto "the Banking Act, the Personal Data Protection Act 2012, any contract, or rules of professional conduct" e se enquadra nas exceções ao sigilo bancário do Banking Act. ↩

6. Ministry of Finance, "Singapore and the United States of America Signed Agreements for Exchange of Information", 16 de novembro de 2018: TIEA e IGA FATCA Modelo 1 recíproco assinados em Singapura em 13 de novembro de 2018 por Yee Ping Yi e pela encarregada de negócios dos EUA, Stephanie Faye Syptak-Ramnath; o IGA recíproco substituiria o não recíproco. Ministry of Finance, "Entry into Force of Reciprocal FATCA IGA with the United States of America", 28 de agosto de 2020: o IGA recíproco assinado em 13 de novembro de 2018 "will enter into force on 1 January 2021" e substituirá o IGA não recíproco. ↩

7. Agreement between the United States and Singapore to Improve International Tax Compliance and to Implement FATCA (2018), texto publicado pelo Tesouro dos EUA (FATCA-Agreement-Singapore-11-18-2018-Superseding-Model-1.pdf), art. 2(2)(b), informações a serem trocadas pelos Estados Unidos, e art. 6(1), os Estados Unidos "acknowledges the need to achieve equivalent levels of reciprocal automatic information exchange with

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Singapore"; art. 10(1) sobre a entrada em vigor. Wikipedia, "Common Reporting Standard" (acesso em novembro de 2026): os Estados Unidos não participam do CRS e usam o FATCA; recebem dados de outros países, mas em geral não retribuem automaticamente. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com